

DA SÉRIE PARA A SALA: ATYPICAL E A INCLUSÃO SOCIAL

Isabel Santos Brito
Leticia Tiemi Hata
Pedro Augusto Zambon

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicar a importância de um trabalho de inclusão social dentro de projetos da educação básica. Utilizando como exemplo a série *Atypical*, produzida pela Netflix, temos o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como ponto de partida: o principal objetivo é mostrar uma forma de incluir pessoas dentro do espectro, por meio de um projeto de ensino, inseridos na geração *Millenium*. O projeto, pensado inicialmente para turmas escolares mais avançadas, pode ser trabalhado com salas do ensino Fundamental II. Mostra-se também, que a inclusão social não é ação obrigatória apenas do governo, mas também da sociedade – começando pela sala de aula, onde pode ser incentivada e supervisionada por pessoas formadas com a intenção de criar um ambiente escolar melhor e, por consequência, uma sociedade mais inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão social de pessoas com deficiência é um dos temas transversais mais delicados na área da educação, gerando certa dificuldade ao ser passada para os discentes, já que nem todos compreendem como é conviver com tais deficiências.

No entanto, podemos demonstrar como é conviver com tais dificuldades utilizando vários meios de comunicação: atualmente, filmes, livros, séries e vídeos nas redes sociais têm incluído muito mais nuances do assunto. Estamos vivendo em uma época na qual muitos desses meios estão falando sobre os temas transversais, como os transtornos mentais, questões de orientação sexual, pluralidade cultural, etc., por iniciativa particular: a geração de hoje decidiu não mais esperar até que os meios se modificassem e tomou atitude ao mudarem eles próprios os assuntos vinculados na mídia.

A utilização desses temas serve para a construção da cidadania do discente; Paulo Freire (1993) dizia a importância de trabalhá-los para uma educação visada na problematização – esse aspecto é o mais importante para contrastar a “Educação Bancária” explicada pelo educador:

Enquanto na concepção ‘bancária’(...) o educador vai ‘enchendo’ os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos; na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com eles não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1993, p. 71).

Um dos assuntos pouco retratados, mesmo após a nova revolução da geração *millenium* é a questão dos distúrbios do desenvolvimento: hiperatividade, transtorno do *déficit* de atenção, dislexia e, como abordado neste artigo, transtornos do espectro do autismo. São questões que ainda não estão em foco apesar da grande ocorrência de casos, havendo uma insuficiência da sua representação.

Ademais, ressalta-se que trabalhar a inclusão social é uma questão que envolve ação política, cultural e pedagógica.

2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo a *American Psychiatric Association*¹ (2013), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido por meio de comprometimentos precoces no desenvolvimento sociocomunicativo, assim como pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. Apesar de ser um transtorno do desenvolvimento neurológico, e estar presente desde o nascimento ou começo da infância, constata-se que, geralmente, a realização do diagnóstico de tal transtorno varia de 2 a 9 anos.

Apesar de ser um transtorno com as características supracitadas, existem níveis diferentes da mesma; cada pessoa que possui TEA deve ser diagnosticada e tratada dentro do seu grau. O nome, Transtorno do Espectro do Autismo, inclui — além do transtorno autístico (autismo) — transtorno de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global ou invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (APA, 2015).

Estudos recentes dizem que, embora reconheçamos algumas dificuldades que caracterizam o TEA na primeira infância (os cinco primeiros anos de vida), o verdadeiro diagnóstico só acontece a partir do período escolar (DANIELS & MANDELL, 2013; NOTERDAEME & HUTZELMEYER-NICKELS, 2010). Em ambas as pesquisas, os autores concluíram que existem vários fatores relacionados às características da criança, severidade dos comportamentos atípicos e do nível socioeconômico da família.

O número de crianças diagnosticadas com TEA têm crescido em todo o mundo. Recentemente, pesquisas estimam que 1 em cada 50 crianças tem a diagnose do autismo nos Estados Unidos (BLUMBERG et al., 2013; CENTER OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION², 2013). Esse número tem crescido no Brasil também, porém até o momento não existe nenhuma estimativa epidemiológica oficial (BRASIL, 2013)

¹ Associação Americana de Psiquiatria

² Centro de Prevenção e Controle de Doenças

O diagnóstico de crianças no espectro autista tende a alentar quando os pais têm preocupações iniciais em relação aos sintomas não específicos desse transtorno, como é demonstrado em pesquisa (ADELMAN, 2010). Isso se dá porque ainda é inicialmente difícil e impactante passar tal diagnóstico para os pais, pela falta de informação sobre tal transtorno e pela força cujo estigma de um diagnóstico de tal espécie ainda tem na sociedade atual.

3. INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social é a forma que temos para incluir pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade moderna. Essa visão mais aberta de inclusão é uma novidade, já que foi só em 1981 que a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência — somente nessa época foi que o mundo percebeu que as pessoas que têm necessidades especiais também são merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos.

A inclusão no Brasil é respaldada pela Constituição (vide lei nº 13.146/2015 intitulada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”), abrangente para os seguintes grupos: portadores de deficiências físicas, deficientes visuais, auditivos e mentais. No entanto, a inclusão social é um dos maiores problemas enfrentados no contexto do Brasil, seja pela escassez de recursos ou de serviços que garantam as condições de acessibilidade à população com necessidades educacionais especiais.

Nota-se que, além de problemas de escassez de recursos e serviços, a experiência cultural do povo brasileiro ainda é bem pequena em relação à inclusão social. Muitas pessoas continuam criticando a igualdade de direitos que esses grupos adquiriram ao longo do tempo, e com isso surge o preconceito contra o deficiente.

A inclusão da criança, adolescente ou adulto que se enquadra dentro do espectro autista ainda é muito complicada quando falamos de níveis educacionais e de trabalho. A lei de nº 12.764/2012 caracteriza a pessoa portadora do transtorno como deficiente mental. Segundo o Ministério da Educação, o discente dentro do espectro tem o direito de ser inscrito no ensino regular e é garantido o atendimento das suas necessidades educacionais específicas.

Segundo o parágrafo único do artigo 3º da lei supracitada, o aluno dentro do espectro que está incluído dentro do ensino regular e comprove a necessidade, nos termos do inciso IV do artigo 2º da mesma lei, tem direito a um acompanhante especializado gratuito. Para tal comprovação, é necessário um laudo médico ou até mesmo um relatório de um pedagogo ou psicopedagogo. Infelizmente, raramente as escolas públicas dão esse tipo de

acompanhamento, mesmo com tal laudo. Por outro lado, muitas das escolas particulares disponibilizam um profissional; algumas cobram por essa disponibilidade, porém o projeto de lei do senado de nº45/2015 proíbe uma cobrança de taxa adicional por esse serviço.

Em suma, muito disso não ocorre, já que a inclusão no papel é diferente da inclusão na prática. Existem muitos problemas que ainda dificultam o acesso dessas pessoas a uma educação pública ou particular de qualidade, às vezes por parte do docente, que não tem experiência e têm o sentimento de despreparo para com os educandos dentro do espectro na sala de aula regular, como é demonstrado por Pimental & Fernandes (2014) e Salgado (2004).

O estudo feito por Carlo Schmidt et. al. (2016) revisa os resultados de pesquisas feitas com 38 docentes e mostra o despreparo na educação de pessoa com TEA. Observa-se que muitos dos entrevistados não entendem como o aluno no espectro age, como é exemplificado, “ [...] a percepção da pessoa com autismo como um sujeito que vive em um mundo à parte, em uma realidade paralela” (SCHMIDT et al., 2016) e até “[...] remete a comportamentos de isolamento, retração e distanciamento social. ” (SCHMIDT et al., 2016).

4. RESENHA DA SÉRIE

A geração *millenium*, além de revolucionar o mercado televisivo com o novo domínio das redes de *streaming*, trouxe à superfície temas que passaram muito tempo escondidos por debaixo dos panos: *bullying*, gravidez na adolescência, homossexualidade, assédio e, mais recentemente, psicopatologias. Após o estrondoso sucesso da série *13 Reasons Why*, outra produção original da *Netflix* trouxe à tona temas transversais durante a adolescência.

Criado por Robi Rashid (produtora de *The Goldbergs* e *How I Met Your Mother*), *Atypical* (2017) acompanha a vida do veterano do Ensino Médio Sam Gardner (Keir Gilchrist), cuja convivência com colegas de turma, e até mesmo sua família, é comprometida por ter autismo diagnosticado desde criança. Narrados pelo protagonista, cada episódio traz alguma peça chave das sessões de terapia mais recentes, com sua psicóloga Julia (Amy Okuda), durante as quais explica suas reações e visão de mundo após a iniciativa de tentar encontrar uma namorada.

Com uma temporada de apenas oito episódios de meia hora, o fato de ser uma série estritamente online ganha o privilégio de ter um formato tão pouco comum, além de prender mais facilmente a atenção do jovem que navega no site procurando apenas alguma distração.

Apesar de soar como uma ideia afogada pelo politicamente correto, a série consegue brincar com os estereótipos que o espectro do autismo abarca, bem como emocionar de um

modo simples, sem ser pretensioso: o drama nunca ultrapassa os limites de uma sitcom convencional, mas é mais sofisticado quando se prolonga por mais do que um episódio. A série tem continuidade e demonstra ser profunda no que diz respeito a ela; o conflito é resolvido, mas não é esquecido, e pode reaparecer.

Além de tratar de questões diretamente relacionadas ao espectro do autismo, existe o lado que equilibra a série com a personagem de Casey (Brigette Lundy-Paine), irmã mais nova e protetora de Sam. Enquanto a maior parte do colégio se assemelha a todo filme adolescente atual, Casey parece ter ficado em uma realidade à parte: sem ser popular nem a estereotipada intelectual, Casey possui o senso de humor que norteia seu núcleo familiar, cuidando de seu irmão sem ser exagerada, como a superprotetora mãe. A garota cria o conflito necessário com a matriarca, deixando claro que Sam não é o elo mais fraco.

Em questão de inovação técnica, *Atypical* (2017) fica no mesmo patamar de outras tantas séries: não necessariamente algo ruim, a série não tem grandes produções ou pirotecnias, e não existe segredo nem simbolismos ocultos, apenas foco no enredo que se desenrola com as metáforas de Sam em sua terapia. A simplicidade prevalece e a tensão, tão presente na concorrente *13 Reasons Why*, dá espaço à leveza inusitada de acompanhar a vivência de um núcleo familiar, em vez de focar apenas no tema do autismo com Sam.

No final das contas, o que fica aparente é a crescente vontade de uma geração em se identificar, de todas as formas, em seus espaços midiáticos. Nada mais justo do que inserir aqueles dentro do espectro em um programa específico, sem que eles virem tabu e, muito menos, estereótipos muito distantes do que é a realidade de pessoas como os personagens. E que venha mais diversidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da educação é uma das poucas que continua funcionando da mesma maneira que foi criada, como vemos no documentário *Quando sinto que já sei* (2014):

Se um médico do século XIX entrar em uma sala de cirurgia atual, ele não vai saber onde está, não vai saber como atuar, não vai nem saber onde está o paciente! É possível até que o paciente nem esteja ali, mas que, através da tecnologia, o procedimento cirúrgico ocorra à distância. No entanto, se um professor do século XIX entrar em uma sala de aula dessa faculdade ou de muitas outras, ele encontrará o mesmo ambiente e dará a mesma aula, uma vez que nada mudou.

Muitas pesquisas têm sido feitas nesse sentido, buscando maneiras de trabalhar com os discentes, deixando as aulas mais dinâmicas e participativas - conteúdos que façam parte de

suas realidades, que incitem a curiosidade e façam com que eles busquem tópicos a serem discutidos por livre e espontânea vontade.

É nesse aspecto que entra a tecnologia: conteúdo disponibilizado de forma acelerada e sem filtro, com o poder de influenciar diferentes pessoas ao redor do mundo todo, simultaneamente. O professor pode se utilizar disso para produzir discussões: como a tecnologia influencia a sociedade?; como temas transversais estão sendo tratados pela mídia e, dentro desse tópico, fazer uso de séries para trabalhar assuntos distintos dentro da sala de aula.

Apesar de tratar um assunto importante como o autismo de forma leve e bem-humorada, a série *Atypical* pode ser usada dentro de uma sala de aula, desde que o propósito não seja o puro entretenimento - o docente deve estabelecer um projeto.

Com um objetivo específico, o projeto aqui proposto se inicia com a série, seguido por uma discussão sobre o comportamento de personagens selecionados (Sam, Julia, Casey, Doug e Elsa). Depois disso, uma pesquisa na comunidade ao redor da escola seria supervisionada pelo docente, com perguntas que abordam a convivência e inclusão de pessoas no espectro. A presença de um psicólogo na aula seguinte será essencial para trabalhar as dúvidas mais técnicas que, certamente, irão surgir.

Diferentemente de outros projetos comumente aplicados ao ensino da escola básica, não existe uma produção específica que os alunos produzirão. Apenas as discussões e o trabalho realizado em sala com a série dão aos estudantes grande perspectiva em relação à inclusão de diferentes pessoas em salas comuns. Aprender a respeitá-los e conhecer como é seu cotidiano já é uma grande mudança que, feita internamente, dará frutos externos.

Rubem Alves (2012) diz que “a inteligência é essencialmente prática”, ou seja, para que os alunos entendam sobre a realidade pela qual as pessoas no espectro passam, é necessário que eles tenham uma discussão com atividades guiadas. A partir do momento que um assunto tabu é trabalhado em sala de aula, os estudantes passam a compreender e simpatizar com uma realidade que pode ser totalmente diferente da própria, aprendendo sobre respeito, noções de igualdade e empatia pelo próximo. Criamos assim, uma sociedade mais inclusiva e preparada para lidar com as diferenças.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Chana R. *Factors That Influence Age of Identification of Children With Autism And Pervasive Developmental Disorder* Nos. 2010. 86 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Identification of Autism, University of Houston, Houston, 2010. Cap. 4.

Disponível em: <<https://uh-ir.tdl.org/uh-ir/bitstream/handle/10657/ETD-UH-2010-08-47/ADELMAN-.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 set. 2017.

ALVES, Rubem. *A Escola com que Sempre Sonhei sem imaginar que Pudesse Existir*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (Estados Unidos da América). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5. ed. Washington: American Psychiatry Association, 2013.

_____. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5. ed. Washington: American Psychiatry Association, 2015.

ATYPICAL. Direção de Seth Gordon. Produção de Jennifer Jason Leigh. Roteiro: Robia Rashid. Santa Clarita: Netflix, 2017. Streaming, son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.netflix.com/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BLUMBERG, S. J. et al. *Changes in prevalence of parent-reported autism spectrum disorder in school-aged U.S. children: 2007 to 2011-2012*. National Health Statistics Report, Hyattsville, v. 1, n. 65, p.1-11, mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência*. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista*. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.

DANIELS, Amy M; MANDELL, David S. *Explaining differences in age at autism spectrum disorder diagnosis: A critical review*. Autism, [s.l.], v. 18, n. 5, p.583-597, 20 jun. 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1362361313480277>.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

NOTERDAEME, Michele; HUTZELMEYER-NICKELS, Anna. *Early symptoms and recognition of pervasive developmental disorders in Germany*. Autism, [s.l.], v. 14, n. 6, p.575-588, 5 out. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1362361310371951>.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes e FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. *A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo*. *Audiol., Commun. Res.* [online]. 2014, vol.19, n.2, pp.171-178. ISSN 2317-6431. <http://dx.doi.org/10.1590/S2317-64312014000200012>.

Quando Sinto Que Já Sei. Direção de Antonio Sagrado, Raul Perez e Anderson Lima. Produção de Antonio Sagrado, Raul Perez e Anielle Guedes. Roteiro: Antonio Sagrado, Raul

Perez e Tiago Marinho. 2014. (78 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SALGADO, A. M. *Impasses e passos na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas: o trabalho do professor e o olhar para o sujeito*. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://calvados.c3sl.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28518/R - D - ANDRESSA MATTOS SALGADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://calvados.c3sl.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28518/R_-_D_-_ANDRESSA_MATTOS_SALGADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 18 set. 2017.

SCHMIDT, C. et al. *Inclusão Escolar e Autismo: Uma Análise da Percepção Docente e Práticas Pedagógicas*. *Psicologia - Teoria e Prática*, [s.l.], v. 18, n. 1, p.222-235, 30 abr. 2016. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n1p222-235>.